Intercooperação: estratégia para o desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar no Território Zona Sul (RS)

Esse trabalho é um estudo de caso que sistematiza e analisa impactos e desafios das ações do Fórum da Agricultura Familiar do Território Zona Sul (RS), a partir da constituição do Grupo de Trabalho do Cooperativismo (GT), com o objetivo de avançar na relação com atores regionais que desenvolvem atividades relacionadas à organização do cooperativismo, políticas públicas, articulação de estratégias de desenvolvimento regional sustentável e acesso aos mercados institucionais, formação e apoio às cooperativas para aumento da eficiência, da autonomia, da intercooperação. Com ênfase na ação da extensão rural junto ao GT, através de uma equipe multidisciplinar da EMATER/RS, articulada com outras instituições, envolve 44 cooperativas e seis mil associados (agricultores familiares, pescadores artesanais, assentados da Reforma Agrária e quilombolas). Essa ação permitiu às cooperativas acessarem os mercados institucionais de diferentes formas: através do Programa de Aquisição de Alimentos, fornecimento de alimentos da Agricultura Familiar para o Restaurante Escola da UFPEL, estruturação de uma banca no Mercado Central de Pelotas, com a perspectiva de ampliação do fornecimento de produtos da Agricultura Familiar para outros mercados aumentando assim a renda das famílias da Agricultura Familiar, promovendo a inclusão de novas cooperativas e proporcionando o desenvolvimento rural sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional; Cooperativismo; Segurança Alimentar; Mercado Institucional.

Intercooperation: strategy for sustainable rural development and promotion of food security in the Southern Zone (RS)

This work is a case study that systematizes and analyzes impacts and challenges of the actions of the Forum of Family Farming of the South Zone Territory (RS), from the constitution of the Working Group of Cooperativism (WG), with the objective of advancing the relationship with regional actors that develop activities related to the organization of cooperativism, public policies, articulation of sustainable regional development strategies and access to institutional markets, training and support to cooperatives to increase efficiency, autonomy and intercooperation. Emphasizing the action of rural extension with the WG, through a multidisciplinary team of EMATER / RS, articulated with other institutions, involves 44 cooperatives and six thousand associates (family farmers, artisanal fishermen, agrarian reform settlers and quilombolas). This action allowed the cooperatives to access the institutional markets in different ways: through the Food Acquisition Program, supplying food from Family Farming to the UFPEL Restaurant School, structuring a bank in the Pelotas Central Market, with the perspective of expanding the providing Family Farming products to other markets thereby increasing the income of Family Farming families, promoting the inclusion of new cooperatives and providing sustainable rural development.

Keywords: Regional Development; Cooperativism; Food Safety; Institutional Market.

Topic: **Extensão e Desenvolvimento Rural**

Received: **03/06/2018**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Approved: **18/09/2018**

Neimar Damian Peroni
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4355943172921337>
<http://orcid.org/0000-0002-6548-9674>
neimar@emater.tche.br

Karin Peglow
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5162155569237009>
<http://orcid.org/0000-0003-2016-6107>
kpeglow@emater.tche.br

Romualdo Kohler
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/6303647678371344>
<http://orcid.org/0000-0003-2083-9279>
romualdo@unijuui.edu.br

DOI: 10.6008/CBPC2237-9290.2018.002.0001

Referencing this:

PERONI, N. D.; PEGLOW, K.; KOHLER, R.. Intercooperação: estratégia para o desenvolvimento rural sustentável e promoção da segurança alimentar no Território Zona Sul (RS). *Natural Resources*, v.8, n.2, p.1-10, 2018. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2237-9290.2018.002.0001>

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende apresentar e discutir os principais resultados da intercessão de uma política pública de apoio à organização de agricultores familiares, denominada Programa de Extensão Cooperativa (PEC) em um determinado espaço geográfico, nesse estudo, o Território Zona Sul, localizado no extremo meridional do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. O escopo do trabalho é justificado por associar duas abordagens inovadoras: a de desenvolvimento a partir dos territórios e a assistência técnica e extensão rural – ATER, voltada a pessoas jurídicas, ou seja, a organizações formais de agricultores.

REVISÃO TEÓRICA

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Cooperativismo

O Programa de Extensão Cooperativa (PEC) é parte das ações públicas de apoio ao Cooperativismo Rural no Rio Grande do Sul, fomentados e criados pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo (SDR). O programa foi criado pela Lei Estadual nº 13839/2011, instituído pelo Decreto nº 49333/2012, que baseia suas diretrizes à gestão dos empreendimentos. O objetivo final é de que as cooperativas se tornem progressivamente mais eficientes, autônomas e capazes de estreitar relações com outras e com o conjunto de seus associados. Busca-se, ao mesmo tempo, o aumento da intercooperação e da qualidade de vida dos seus associados.

Em decorrência da política de Estado, a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), foi contratada como executora do PEC. Para tanto, criou na sua estrutura escritórios de atuação regional (figura 1), denominados Unidades de Cooperativismo - UCP. As UCPs são estruturas compostas por equipes técnicas de caráter multidisciplinar, especializada no atendimento às cooperativas distribuídas em todo Rio Grande do Sul.

Figura 1: Abrangência das Unidades de Cooperativismo no estado do Rio Grande do Sul.

Para a montagem das UCPs, foram buscados técnicos em áreas ‘não tradicionais’ na extensão rural do estado, como contabilidade, administração de empresas, engenharia de alimentos, economia, sociologia, direito e agregados aos ‘tradicionais’, das ciências agrárias (agrônomos e veterinários). Cada equipe é composta por 5 ou 6 extensionistas e o arranjo é feito por necessidades específicas de conhecimento nas

regiões onde estão instaladas. As UCPs atuam de forma integrada com as 492 equipes municipais e 12 regionais da EMATER/RS prestando assistência técnica para as cooperativas nas áreas de gestão e acesso a mercados institucionais e demais mercados no âmbito regional e local

As primeiras ações das equipes foram no sentido de fazer chegar aos beneficiários o Programa de Extensão Cooperativa (PEC/RS), tendo por objetivo introduzir melhorias técnico-gerenciais, produtivas e educacionais nas cooperativas a fim de incrementar a sua competitividade e promover a interação e a cooperação entre associados e entre cooperativas.

As UCPs acompanham 198 cooperativas, realizando os diagnósticos a fim de propor aprimoramentos nos empreendimentos. Esse instrumento de análise permitiu também a construção de um sucinto contexto dos empreendimentos no qual eles estão inseridos e o levantamento das suas atividades econômicas e sociais em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Outras ações, como a promoção de reuniões entre cooperativas para criar ou aprofundar laços de atuação nas regiões onde estão inseridas fomentando a intercooperação, complementarmente foram realizados eventos dedicados ao cooperativismo e à capacitação de agricultores no tema.

Desde 2012, através da execução de chamadas públicas para assistência técnica e extensão rural às cooperativas de agricultores familiares pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a EMATER/RS acompanha os empreendimentos, realizando a mobilização das cooperativas para se inserirem no programa, pré-diagnóstico, diagnóstico das cooperativas, plano de aprimoramento, acompanhamento e execução dos planos de aprimoramento através de visitas técnicas e, uma avaliação da execução e de impactos. Estas ações integram a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, coordenada pelo MDA, com ações voltadas para a qualificação da gestão e acesso a mercados institucionais e privados.

Dentro dessas ações, destacam-se a educação cooperativa com dirigentes, associados e extensionistas rurais, buscando promover o cooperativismo e contextualizar o trabalho desenvolvido com essas cooperativas, articulação entre as Cooperativas e os agentes que operam o mercado institucional da alimentação escolar (Secretaria Estadual de Educação e Prefeituras Municipais) para construir relações de mercado e estudo de demanda, procurando inserir novos atores nesta política pública.

A Experiência do Território Zona Sul: Intercooperação e Segurança Alimentar

Conforme ilustrado na figura 2, o Território¹ Zona Sul do Rio Grande do Sul (TZS) é composto por 25 municípios. Desses, 23 caracterizam-se como municípios rurais², com características e um modo de vida caracterizado pela ruralidade, além de sua economia que está ligada prioritariamente à agropecuária,

¹ O conceito de território adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, diz respeito a “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (BRASIL, 2005).

² A partir do que Veiga propõe da combinação de critérios de tamanho, densidade da população e da localização dos municípios, que considera rurais os municípios com até 50 mil habitantes e densidade demográfica até 80hab/km², o Território Zona Sul possui 22 municípios rurais; podendo ser acrescentado o município de Canguçu, que, apesar de ter mais de 50 mil habitantes, assim como os demais, tem sua economia dependente da agropecuária.

dependendo, em grande medida, das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento (CAPA, 2013).

Figura 2: Mapa do Território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

O Território possui uma população de 864.343 habitantes, conforme o IBGE, o que é correspondente a 8% da população do Estado, abrangendo 13,1% da área do RS. Quanto à estrutura fundiária do território, de um total de 41.799 estabelecimentos, 36.661 possuem áreas de até 50 hectares, representando 78% do total de estabelecimentos, mas ocupando apenas 17,80% da área total. A população rural do território corresponde a apenas 18% do total da população, somando 151.738 pessoas. Quase 50% da população rural total estão concentrados em três municípios: Canguçu (33.565), São Lourenço do Sul (18.874) e Pelotas (22.082). Essa população rural é composta de aproximadamente 35 mil famílias de agricultores familiares, 4 mil famílias assentadas de reforma agrária, mais de 40 comunidades quilombolas e 8 mil famílias de pescadores artesanais (CAPA, 2013).

O território possui características próprias da população formadora da sociedade Sul-Riograndense, que remonta a meados do século XVIII e peculiaridades quanto ao clima, solo, distribuição fundiária. As populações que mais migraram para esta região foram os portugueses, alemães, pomeranos³, italianos e poloneses. Estas etnias formaram núcleos geradores de riquezas e constituíram colônias que preservam e valorizam suas culturas e relações trazidas com seus antepassados. Os sistemas de produção presentes no território podem ser agrupados nas seguintes categorias: sistema pastoril convencional; sistema de lavoura empresarial; e sistema de lavoura e pecuária familiar.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas, decorrentes também de um processo histórico marcado fortemente por um modelo de desenvolvimento excludente, baseado na monocultura e nos latifúndios, o território vem se caracterizando pelo seu grande potencial organizativo, constituindo ações concretas destes públicos em contraposição a este modelo.

Este potencial está expresso no Fórum da Agricultura Familiar (FAF), criado em 1994, a partir do interesse das entidades da região que vivenciam e trabalham a realidade da agricultura familiar e das organizações sociais, para a construção do desenvolvimento rural sustentável. O FAF consolidou-se como

³ A região de Pelotas recebeu um grande contingente de imigrantes pomeranos a partir de 1858, com a formação da colônia de São Lourenço do Sul. A Pomerânia foi anexada à Prússia em 1772, tornando-se uma província do Reino da Prússia (IEPSEN, 2008).

espaço de discussão, proposição e pactuação das diferentes entidades e organizações que atuam ou representam a agricultura familiar na região sul do Estado, buscando soluções e potencializando o desenvolvimento sustentável, constituindo-se numa representação política regional no interesse do setor. É nele que os diferentes segmentos podem expor suas necessidades e debater as possibilidades de serem protagonistas de um desenvolvimento territorial sustentável.

O capital social⁴ existente no território pode ser ilustrado pela existência de muitas pequenas cooperativas da agricultura familiar que trabalham na defesa dos interesses e das condições de produção e comercialização dos seus associados. A dimensão étnica e cultural, marca do território expressa no Fórum, o caracteriza como um espaço de manifestação dos anseios e lutas de quilombolas, pescadores artesanais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

Em 2003, a região foi priorizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), dentro do Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, recebendo apoio financeiro para implantação e consolidação da estratégia de desenvolvimento territorial, o que ampliou a participação de organizações e atores sociais, fortalecendo a gestão participativa.

Em 2008, o Território Zona Sul passa a integrar o programa Territórios da Cidadania⁵, voltado para as regiões mais pobres do país. O processo de discussão do desenvolvimento territorial sustentável evidenciou o tema da desigualdade e da pobreza no âmbito do território, bem como da invisibilidade de públicos que caracterizam a diversidade étnica e cultural existente. Desencadeando uma série de ações que resultaram na identificação das comunidades quilombolas, no aprofundamento da discussão sobre as desigualdades sociais, a necessidade da ampliação das políticas públicas e maior integração na execução delas.

A execução das principais políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural é desenvolvida pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul. Sua atuação envolve um amplo conjunto de programas e projetos voltados para o desenvolvimento rural, de forma integrada e sustentável, envolvendo ações voltadas para a geração de renda, melhoria da qualidade de vida, inclusão social e produtiva e promoção da cidadania das famílias rurais. Possui 492 escritórios municipais, doze escritórios regionais e o escritório central, atuando na perspectiva de contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável (EMATER, 2015).

As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural desenvolvidas vêm incentivando a cooperação em diversos aspectos, efetivando-se um número significativo de grupos informais, associações e, mais recentemente, cooperativas. As cooperativas constituem-se como uma importante ferramenta de organização social para a melhoria econômica da população. As recentes demandas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), aliado às ações

⁴ A partir da compreensão de BOURDIEU (2008) a posição dos agentes (indivíduos e grupos) dentro dos espaços sociais é dada a partir do volume de capital; compreende todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social, e que define posições que estão sendo disputadas num espaço social.

⁵ Lançado em 2008 e coordenado pelo MDA, constitui-se de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais, voltado às regiões mais pobres do país, com objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania visando a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios.

do Governo do Estado/RS voltadas para as compras institucionais apontam grandes oportunidades para este público do território, além de serem instrumentos para a garantia do direito humano à alimentação saudável, a partir da política de soberania e segurança e alimentar sustentável, bem como

O Programa de Extensão Cooperativa (PEC) foi um divisor de águas na vida dessas cooperativas, pela centralidade na Gestão, envolvendo aspectos administrativos, financeiros, comerciais e atingindo também a base do quadro associativo dessas cooperativas. O PEC é executado pela EMATER/RS através da Unidade de Cooperativismo de Pelotas (UCP), com equipe multidisciplinar que atende os diferentes aspectos da vida das cooperativas. Além disso, executa Chamadas Públicas, efetivadas através de contratos estabelecidos com o MDA e voltadas ao fortalecimento da Gestão das Cooperativas, qualificando-as para a execução das políticas públicas voltadas para a segurança alimentar como o PNAE e o PAA.

No âmbito do território, são acompanhadas 44 cooperativas, seis mil famílias de associados – envolvendo 24 mil pessoas – e diversas associações, através do assessoramento à produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e na gestão dos empreendimentos. Abrangendo, todos os públicos da agricultura familiar (pescadores artesanais, assentados da Reforma Agrária e quilombolas). Esses programas, focados na gestão, têm por objetivos preparar e qualificar dirigentes e associados para a comercialização dentro de uma visão de cooperação, além das questões meramente financeiras, tendo também preocupações com a qualidade de vida e a melhoria das relações sociais entre as pessoas.

Através das ações da Unidade de Cooperativismo da EMATER/RS articuladas com o FAF, foi criado o Grupo de Trabalho do Cooperativismo (GT), que passou a representar uma extensão do Fórum com vistas às especificidades das cooperativas da região, para articulação de ações de intercooperação, com foco na comercialização, prioridade estabelecida pelo GT.

O Grupo de Trabalho tem o objetivo de avançar na relação com os atores regionais que desenvolvem atividades relacionadas à organização do cooperativismo, além de socializar informações como atividades do Programa Estadual de Cooperativismo, debates sobre a importância do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento regional e de combate às desigualdades sociais e debates sobre temas estratégicos (organização regional, mercado, estruturas, parcerias, formação, financiamentos, cadeias produtivas, entre outros) que auxiliam na definição dos rumos futuros do cooperativismo na região. São em média 15 cooperativas participantes, com reuniões bimestrais, tendo além da EMATER/RS outros parceiros como a Embrapa Clima Temperado, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e a Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

A constituição do GT foi uma grande conquista dessa caminhada, como espaço de discussão, interação e conhecimento entre as diferentes cooperativas, que propiciou o conhecimento mútuo e o diálogo interno e a aproximação com setores governamentais e privados, que muito contribuíram com esse processo, como a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural Pesca e Cooperativismo (SDR/RS), a EMATER/RS, o Fórum da Agricultura Familiar, o Arranjo Produtivo Local Alimentos (APL), as universidades, o Instituto Federal, as Prefeituras e as Secretarias de Educação. Nesse espaço, a partir do conhecimento da realidade

vivenciada pelas cooperativas, aprofundaram-se os debates entre elas com o foco da busca constante do acesso aos mercados.

A aproximação com os demais setores da sociedade oportunizou o encaminhamento de propostas de atuação, aproximando as políticas públicas existentes com as necessidades das instituições demandantes de produtos da agricultura familiar. Essa aproximação permitiu às cooperativas acessarem os mercados institucionais de diferentes formas, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidades CPR - estoque e Doação Simultânea⁶. Os contratos nessas modalidades atingiram R\$4,5mi e envolveram oito cooperativas.

A ação conjunta das cooperativas, com a mediação da UCP, articulada com outras instituições e espaços regionais de discussão, resultou na venda de alimentos da Agricultura Familiar para o Restaurante Escola da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), através das compras institucionais, formalizada mais recentemente, através de uma Chamada Pública para Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar.

São oito cooperativas fornecendo, em 2014, mais de 140 gêneros alimentícios, durante seis meses, com um valor comercializado em torno de R\$500.000,00 via Programa de Aquisição de Alimentos modalidade Compra Institucional⁷. Na avaliação dos gestores e do público consumidor, a qualidade da alimentação melhorou muito e para as cooperativas estimulou ainda mais a participação dos associados e a busca por novos mercados.

Também como consequência dessas discussões e articulações, avançou-se para a possibilidade de ampliação de mercados que não só o institucional. Assim, surgiu o ponto de comercialização no Mercado Central de Pelotas, a Banca 78 – Produtos Coloniais, espaço a ser utilizado pelas cooperativas e agroindústrias da região para comercializar e centralizar informações sobre os produtos disponibilizados por elas, funcionando como um Balcão de Negócios. Esse espaço foi uma conquista das cooperativas, juntamente com as várias entidades e instituições e APL.

Tão importante quanto o Programa de Gestão Cooperativa foram outras políticas públicas do Estado que disponibilizaram mais de dois milhões de reais para 16 cooperativas da região, financiados via o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER, através de diversas políticas públicas, que estão melhorando a infraestrutura produtiva, de transformação e de logística dos produtos produzidos por essas cooperativas e por diversas agroindústrias vinculadas ao APL e beneficiárias do ponto de comercialização no Mercado Público.

⁶ Cédula de Produto Rural - **CPR Doação**, é a modalidade do PAA na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção para o Governo, via Conab, e entrega o alimento diretamente em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede socioassistencial (asilos, APAES e Abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. **CPR-Estoque**, possibilita às organizações da agricultura familiar obter recursos para a aquisição de produtos da safra vigente, próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques, tanto do produto *in natura* como do produto processado/beneficiado/industrializado e, assim, criar condições para melhor comercializá-los de acordo com os movimentos do mercado.

⁷ A Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, criada pelo Decreto nº 7.775/2012, tem por objetivo autorizar órgãos federais, estaduais, distritais e municipais a comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, para atendimento de demandas de consumo de hospitais, creches, escolas, presídios, restaurantes universitários.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, a pesquisa pode ser caracterizada do ponto de vista do enfoque e da abordagem do problema como uma pesquisa qualitativa, baseada no estudo de caso, com características descritivas e interpretativas. Preponderou a concepção de Yin (1994) sobre os estudos de caso, que é mais pluralista em relação às diferentes estratégias de pesquisa, e reconhece que todas oferecem contribuições distintas e limitações particulares.

Optou-se por utilizar o estudo de caso, pela adequação a compreensão do processo em que interagem diferentes atores locais. A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, e baseou-se em entrevistas com profissionais e agricultores feitas *in loco* pelos autores. Também foi utilizada a análise documental, como manuais de Programas e Relatórios, bem como a observação direta dos autores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso às políticas públicas, dentro da política de desenvolvimento territorial do Governo Federal, desde 2003, vem possibilitando o incremento de ações de investimento e custeio na perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, constituindo-se como instrumento de inclusão social, participação e de dinamização econômica, dentro de um território marcado pelas desigualdades sociais, exclusão e empobrecimento dos agricultores. Nessa perspectiva que se insere a experiência das cooperativas, através do GT do cooperativismo do Fórum da Agricultura Familiar.

O primeiro resultado refere-se ao conhecimento entre as diferentes cooperativas, visto que não havia esta integração das cooperativas, inclusive de troca de experiências e ações de intercooperação estavam restritas a um pequeno grupo de cooperativas. O GT permitiu o debate sobre questões de interesse comum e a obtenção de informações de forma organizada, contemplando o interesse da maioria e tendo como uma das prioridades, o tema da comercialização. Além disso, o GT constituiu-se como um espaço de formação e capacitação para dirigentes das cooperativas, visando a superação de entraves na gestão desses empreendimentos.

Com a formação do grupo, surgiram oportunidades como a locação de uma banca, no Mercado Central de Pelotas, constituindo a Banca 78 – Produtos Coloniais, servindo para comercialização de produtos e balcão de negócios. Esse espaço é utilizado pelas cooperativas e agroindústrias da região para divulgar, comercializar e centralizar informações sobre os produtos disponibilizados pelas cooperativas e agroindústrias da Agricultura Familiar e conta com o apoio da EMATER/RS, do Arranjo Produtivo Local (APL) Alimentos da Zona Sul e da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).

Figura 3: Banca 78: Mercado Público Pelotas (RS).

Outro avanço do GT é a organização para o fornecimento ao Mercado Institucional, que se iniciou com um seminário intitulado ‘Aproximando a Agricultura Familiar dos Mercados Institucionais’, realizado em agosto de 2013, momento em que as cooperativas e agroindústrias da região apresentaram seus produtos e potenciais de produção e, em contrapartida, instituições como a UFPel, a 5ª Coordenadoria Regional de Educação/RS e a Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS (SUSEPE) apresentaram suas demandas ampliando a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Em continuidade ao seminário, além das cooperativas participantes efetivas do GT, também as agroindústrias familiares legalizadas e participantes do Programa Estadual da Agroindústria Familiar iniciaram a comercialização para um dos mercados potenciais: o Restaurante Escola (RE) da UFPel. O RE serve diariamente quatro mil refeições, em dois restaurantes. Atualmente, 90% dos produtos utilizados são entregues por sete cooperativas da Agricultura Familiar da região de Pelotas, perfazendo, semanalmente, 6,4 mil quilos de produtos entre hortifrutigranjeiros, arroz e feijão, farinha de milho, laticínios, geleias e doces. O valor comercializado gira em torno de R\$95,3 mil em seis semanas de fornecimento, incluindo as duas semanas entre natal e ano novo em que a UFPel estava em recesso e o fornecimento foi reduzido a um terço do habitual. A comercialização tem beneficiado mais de 1.000 famílias de agricultores.

Complementando as ações das cooperativas que compõem o FAF e o GT, em 2014 o Programa de Regionalização do Abastecimento do Governo do Estado contemplou compra de equipamentos, como caixas plásticas para transporte de alimentos, balanças, etiquetadoras, computadores, entre outros equipamentos que serviram para qualificar a entrega dos produtos para os mercados.

Em 2015, através da mobilização do GT e da utilização do espaço do Mercado Central de Pelotas, a perspectiva é de ampliação do fornecimento de produtos da Agricultura Familiar, com ênfase nos produtos agroecológicos, para outros mercados institucionais ou não, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nas suas diversas modalidades, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Hospitais, SUSEPE, Exército, Restaurantes e Supermercados da região aumentando assim a renda das famílias da agricultura familiar da região, promovendo a inclusão de novas cooperativas, a segurança alimentar e proporcionando o desenvolvimento rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da experiência em curso aqui descrita, evidencia-se que a intercessão de políticas públicas diversas possui um forte potencial para a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, aqui descrito a partir da experiência em curso no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul. Essas políticas, aliadas ao potencial do capital social do território, a partir das suas capacidades de organização e produção, tendo a cooperação como princípio, apontam possibilidades no horizonte dos debates acerca das perspectivas e oportunidades para a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P.. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agropecuário. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: MDA, 2005.

CAPA. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. **PTDRS: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: território da cidadania Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: CAPA, 2009.

CAPA. Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia. **Um novo olhar sobre o Território Zona Sul**. Pelotas: CAPA, 2013.

EMATER. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório de atividades 2012**. Porto Alegre: EMATER, 2013.

EMATER. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório de atividades 2013**. Porto Alegre: EMATER, 2014.

EMATER. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Relatório de atividades 2014**. Porto Alegre: EMATER, 2015.

IEPSEN, E.. **Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

YIN, R. K.. **Case study research: design and methods**. 2 ed. California: Sage Publications, 1994.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenere Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.